

Congresso faz sessão para votar vetos em 11 de maio

José Sarney e Marco Maia acertaram a data ontem. **2**



Cinco estados recebem 54% das verbas do Pronasci **6**

Márcia de Aquino, do TCU, e o senador Paim: revelação em debate na CDH

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.431 – Brasília, terça-feira, 26 de abril de 2011



José Cruz/Senado Federal



Plenário e galeria lotados: durante a sessão, ministro da Previdência prometeu receber comissão de aposentados e pensionistas

Saúde abre as semanas temáticas de votação

Novo sistema acertado entre presidente e lideranças partidárias busca acelerar a tramitação de projetos importantes

Com mais de 40 propostas em tramitação, o setor da saúde foi o escolhido para abrir a série de semanas temáticas de votação no Plenário do Senado, iniciativa criada por sugestão do presidente José Sarney e aprovada pelas

lideranças partidárias. O novo modelo pode ajudar a acelerar a tramitação de propostas consideradas importantes. Prevenção de drogas, planos de saúde e atenção à saúde infantil estão entre os temas dos projetos. **3**

Senadores condenam baixos valores das aposentadorias

Em uma sessão especial no Plenário ontem, em homenagem ao Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas,

senadores criticaram duramente baixos valores pagos pela Previdência aos mais de 28 milhões de segurados. **8**

Suplemento traz guia sobre funcionamento do Senado

Circula com a edição de hoje encarte de 12 páginas com informações completas sobre a composição e o funcionamento do Senado.



Voto de pesar para vítimas das enchentes no Sul do país **7**

“Protestos em países árabes ajudam a derrubar mitos”

As revoluções que vêm ocorrendo este ano no norte da África e no Oriente Médio têm mos-

trado que a região não é retrógrada como se imaginava, disseram participantes de painel na CRE. **2**

especial
Cidadania

Reforço à nova campanha nacional pelo desarmamento **4 e 5**

Presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, definem data para apreciação dos mais de mil vetos presidenciais, a maioria dos quais já perdeu validade

Congresso faz sessão em 11 de maio para analisar vetos

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, se reuniu ontem com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, para acertar uma agenda de apreciação dos vetos presidenciais. De acordo com Sarney, ficou acordada uma sessão do Congresso com este objetivo para o próximo dia 11 de maio. São mais de mil vetos a serem apreciados, sendo que a maioria já perdeu a validade, como vetos feitos a leis orçamentárias.



Sarney e Maia discutem a reforma política e a representação do Brasil no Parlasul

Segundo Sarney, também ficou acertada para o próximo dia 3 a indicação de senadores e deputados para a formação da delegação representativa do Brasil no Parlamento do Mercosul.

– A ideia é que no futuro a própria população escolha esses

parlamentares – disse Sarney.

Outro assunto da reunião foi a reforma política. Sarney disse que as comissões que tratam do tema no Senado e da Câmara vão tentar buscar um caminho para o consenso. Segundo ele, se as diferenças não forem su-

peradas, a matéria será decidida no plenário, “onde a maioria vai decidir qual modelo o Brasil deve seguir”.

– Apesar das dificuldades, nós estamos determinados a seguir em frente com a reforma política.



Moreira Muniz/Senado Federal

Embaixador Marcos Azambuja, Fernando Collor e Arlene Clesmesha em audiência na CRE

Onda árabe derruba mitos, dizem especialistas

A onda de revoluções que tem se espalhado desde o início do ano no Norte da África e no Oriente Médio levou até o momento à queda de apenas dois governos – os da Tunísia e do Egito. Mas tem contribuído para derrubar diversos mitos a respeito da situação política da região, como observaram participantes do painel “As Insurgências no Mundo Islâmico e seus Reflexos na Estabilidade Política do Oriente Médio e da África Setentrional”, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O embaixador Marcos Azambuja ressaltou a “espontaneidade dos acontecimentos” na região e recordou não haver, até o momento, “nenhuma sugestão de que esses acontecimentos se devam a influências externas”.

Como apontou a professora Arlene Clesmesha, da USP, nos últimos meses alguns dos regimes mais autoritários do planeta “se revelaram mais frágeis do que se poderia imaginar”.

– No Oriente Médio, as revoluções apontam a vontade de um contexto mais democrático, o que tem o efeito de mostrar a fragilidade e a falsidade da linha divisória imaginária entre um Ocidente democrático e progressista e um Oriente atrasado, radical e extremista. No Egito, a população foi às ruas para derrubar um governo autoritário aliado dos Estados Unidos. A revolução tem derrubado mitos – ressaltou.

O movimento nas ruas dos países da região para derrubar regimes “autoritários, truculentos, corruptos e ineficientes” também foi ressaltado pelo

professor Márcio Scalécio, da PUC do Rio de Janeiro. Ele questionou o argumento segundo o qual “os árabes vivem divorciados do mundo moderno, atrasados e retrógrados”.

– Não é assim. E ainda bem que as multidões foram às ruas para dizer isso – afirmou.

O professor Eduardo Viola, da UnB, ressaltou que as agências de inteligência dos países mais ricos do mundo também não previram o movimento conhecido como a “primavera árabe”. A grande participação nos movimentos políticos dos últimos meses das populações urbanas foi lembrada pelo professor Reginaldo Nasser, da PUC de São Paulo.

– O modelo das grandes potências se esgotou, a rua árabe se manifestou contra ele – disse Nasser.

Visitas ao Senado bateram recorde nos feriados

Os feriados de Tiradentes e da Semana Santa bateram o recorde de visitas ao Senado e à Câmara neste ano: 7.284 pessoas visitaram o Congresso entre 21 e 24 de abril.

O destaque foi na sexta-feira, com 2.988 visitantes.

Em relação à Páscoa de 2010, houve um aumento de 60% na visitação. No ano passado, o Congresso teve 4.400 visitantes durante os quatro dias da Semana Santa.

Em comparação ao recorde anterior, que era do Carnaval

deste ano, quando foram registrados 5.349 visitantes, o aumento chegou a 36%.

As informações são da coordenadora de Visitação Institucional da Secretaria de Relações Públicas do Senado, Sílvia Oddone.

Jucá convida senadores para discutir guerra fiscal



Romero Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) convidou os senadores a participarem hoje da audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir a

guerra fiscal entre estados.

Participarão do debate, entre outros, o coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Carlos Marques. Romero Jucá é autor do projeto de resolução do Senado (PRS 72/10) que objetiva solucionar os problemas decorrentes da disputa fiscal que se estabeleceu entre os estados e proteger a produção nacional.

Wellington: curso técnico para qualificar mão de obra



Wellington Dias

Wellington Dias (PT-PI) defendeu a ampliação da oferta de cursos técnicos como forma de qualificação de mão de obra. Ele

citou pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que aponta falta de profissionais qualificados em 69% das empresas brasileiras.

O senador salientou o investimento feito pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na implantação de escolas técnicas e a sequência dada pela presidente Dilma Rousseff com o lançamento do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem à Educação Física

14h Homenagem aos cinco anos do projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras e sessão deliberativa, com pauta trancada pelo projeto (PLV 8/11) que estabelece incentivos fiscais para a indústria automotiva.

Presidência Série de audiências

10h30 O presidente do Senado, José Sarney, recebe, entre outros, a secretária-geral da União de Nações Sul-Americanas, María Emma Mejía, e a presidente do Conselho das Américas, Susan Segal, e a primeira-dama de El Salvador.

Previdência Acesso ao ensino técnico

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social debate o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico com o secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Eliezer Moreira Pacheco, entre outros.

CMA Perspectivas ambientais

9h30 A Comissão de Meio Ambiente debate a Rio+20 com o subsecretário-geral da ONU, Achim Steiner; a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; e o diretor do Departamento do Meio Ambiente do Itamaraty, Luiz Figueiredo.

CAE Alíquotas de ICMS

10h A Comissão de Assuntos Econômicos discute “guerra fiscal” com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e os secretários da Fazenda da Bahia, Espírito Santo e São Paulo.

CE Frequência escolar mínima

11h A Comissão de Educação e Cultura vota projeto que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica.

CI Audiência sobre infraestrutura aeroportuária

14h A comissão discute a ampliação da infraestrutura aeroportuária, entre outros temas, com o técnico do Ipea Carlos Campos Neto e o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, José Márcio Mollo.

Crack Saúde pública e tratamento contra drogas

14h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas realiza audiência pública sobre saúde pública e tratamento com Roberto Kinoshita, do Ministério da Saúde.

Tributos Subcomissão elege presidente

14h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional para o biênio 2011/2012, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Rio+20 Acompanhamento de preparativos e ações

14h A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas vota requerimento para conhecer os preparativos de organismos públicos e privados para a conferência.

Copa Infraestrutura para Copa do Mundo

14h30 A Subcomissão da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 discute infraestrutura para os jogos do Mundial de Futebol. Participa, entre outros, o secretário-executivo da Copa do Mundo da Bahia, Renan Araújo.

CMO Ministra apresenta LDO

15h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para ouvir a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CCJ Subcomissão de Reforma Administrativa

18h30 A Subcomissão de Reforma Administrativa, que integra a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ouve a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, sobre projeto que altera o regulamento administrativo do Senado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Senado debate obras para Copa e Olimpíadas

A realização de grandes obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 é o tema de dois debates que ocorrem hoje no Senado, nas subcomissões permanentes de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Na primeira subcomissão o tema são os aeroportos e os investimentos para a expansão dos serviços aeroportuários no país, que será tratado com Carlos Campos, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e um dos autores da nota técnica "Aeroportos no Brasil: investimentos recentes, perspectivas e preocupações". O estudo mostra que dez dos 13 aeroportos que estão recebendo investimentos da Infraero para 2011-2014 podem não ser finalizados para a Copa.

Já a segunda subcomissão se reúne para coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa; sobre as condições atuais de infraestrutura e sobre o andamento das obras, com enfoque nas obras na Bahia.

CMA discute hoje em audiência economia verde

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se hoje para debater a importância das atividades sustentáveis na promoção da economia verde. Deve ser ouvido o diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Achim Steiner.

O presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), disse que o representante da ONU é um dos maiores especialistas em economia verde no mundo e poderá ajudar o Brasil a desenvolver ações sustentáveis em eventos como a Conferência Rio+20, prevista para 2012; Copa do Mundo de 2014; e Olimpíadas de 2016.

Também participará dos debates a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, entre outros convidados.



Rollemberg: representante da ONU poderá ajudar em ações sustentáveis

Esforço concentrado dos senadores vai ser dedicado ao exame de propostas relativas à prevenção e combate ao uso de drogas, à relação dos pacientes com os planos privados de saúde e ao custo e organização da assistência à saúde

"Semana da saúde" inclui 47 projetos em tramitação nas comissões

UM TOTAL DE 47 projetos pode fazer parte da "semana da saúde", esforço concentrado para votação de projetos da área definido pelo presidente do Senado, José Sarney, em conjunto com lideranças partidárias. A prevenção ao uso de drogas, a relação dos clientes com os planos de atendimento e o custeio e a organização da saúde são temas dominantes nas propostas.

A maioria dos projetos tramita nas comissões permanentes do Senado. A única proposta até agora incluída na pauta de votações do Plenário foi o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 194/08 que permite às farmácias e drogarias a manutenção de serviços de aferição da pressão arterial. A votação só deve acontecer após a deliberação, prevista para amanhã, sobre o projeto de conversão (PLV 8/11), resultante da Medida Provisória 512/10 – com incentivos à indústria automobilística –, que tranca a pauta.

Drogas

Levantamento da Secretaria-Geral da Mesa do Senado identifica nove propostas no campo da prevenção ao uso de entorpecentes. Uma delas, na pauta da Comissão de Educação, Cultura e



Mutirão médico promove atendimento pediátrico no Jardim Vitória, em Cuiabá, no estado de Mato Grosso

Esporte (CE), é o PLC 49/07, que torna obrigatória, no início de cada sessão de cinema, a exibição de filme publicitário sobre consequências do uso de drogas. Com propósito semelhante, projeto (PLS 183/10) do senador Magno Malta (PR-ES) determina que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem programas e eventos de artes marciais como instrumento de combate às drogas. O projeto está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O uso de cigarros e assemblados em bares e ambientes fechados é alvo de proibição

prevista em três projetos – os PLSs 420/05, de Magno Malta; 315/08, de Tião Viana (hoje governador do Acre); e 316/08, de Romero Jucá (PMDB-RR) – em tramitação na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O PLS 99/11, de Acir Gurgacz (PDT-RO), em exame na CAS, proíbe a venda de cigarros e bebidas alcoólicas nas proximidades de escolas.

Planos de saúde

Também está na CAS projeto apresentado em 2007 pela então senadora Patrícia Saboya (CE) – o

PLS 598 – que inclui a cobertura da assistência nutricional pelos planos de saúde.

Dois projetos em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – o PLS 79/03, de Delcídio Amaral (PT-MS), e 101/05, de Pedro Simon (PMDB-RS) – têm o mesmo objetivo: dar aos pacientes o direito de receber informações completas sobre seu estado e de recusar tratamento ou procedimento prescrito. O PLS 259/09, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), por sua vez, abre ao capital estrangeiro a participação na assistência à saúde.

CAS vota liberação do FGTS para tratar a infertilidade

Os casais que tiverem problemas de infertilidade poderão sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para ressarcimento de despesas com tratamento. É o que prevê uma das 12 propostas que estão na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo projeto (PLS 298/08) de Marcelo Crivella (PRB-RJ), o valor poderá ser liberado para o casal ou para um dos cônjuges, mediante comprovação dos gastos e atestado médico.

O senador lembra que o FGTS já é liberado em hipóteses como demissão sem justa causa, aposentadoria, situações graves de saúde e de calamidade pública, e como medida compensatória em situações de fragilidade social e econômica. Para ele, a infertilidade justifica a liberação dos recursos, pois o problema "pode desestabilizar as relações conjugais e prejudicar



Crivella diz que problema pode afetar casamento e desempenho profissional

o desempenho profissional".

O relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), diz ser favorável à medida porque "a construção de uma família muitas vezes supera a necessidade de aquisição de casa própria ou as dificuldades relativas ao desemprego temporário", situações em que já é autorizada a liberação do FGTS.

Frequência mínima de 80% para aprovação na educação básica

Os senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) devem votar hoje, em decisão terminativa, o substitutivo ao projeto que estabelece frequência mínima de 80% para que os estudantes da educação básica sejam aprovados.

Atualmente, a frequência é

de 75%. O projeto inicial (PLS 385/07) sugeria 90%, mas para o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), a exigência "parece excessiva". Segundo o senador, pais e estudantes necessitam "de alguma margem de manobra para eventuais faltas, seja por doença ou eventuais contratemplos".

Desempregado de 50 anos ou mais poderá ter prioridades

Desempregados com 50 anos ou mais podem passar a ter prioridade na tramitação de processos e procedimentos judiciais trabalhistas, inclusive na execução de atos e diligências judiciais, segundo proposta a ser analisada amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O projeto (PLS 88/08) prevê ainda a continuidade da prioridade, mesmo com a morte do beneficiado, em favor de seus sucessores. O desemprego deverá ser documentalmente comprovado e o trabalhador nessa situação precisará requerer o benefício.

A autora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), garante na proposta a manutenção da prioridade genérica, em qualquer instância, já concedida no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) aos maiores de 60 anos. Mas a senadora afirma que a Justiça do Trabalho "deve



Projeto de Lúcia Vânia altera a Consolidação das Leis do Trabalho

ser mais sensível ainda às condições sociais dos empregados em litígio com seus empregadores", principalmente os que já chegaram aos 50 anos e estão desempregados, "com dificuldades naturais de recolocação daí recorrentes". O relatório de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é favorável ao projeto.

Chegam ao Senado três indicações para vagas no STJ

O Senado recebeu ontem três indicações para vagas de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

As mensagens da Presidência serão analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de irem a Plenário.

Ricardo Villas Bôas Cueva foi indicado para a vaga aberta com a aposentadoria de Nilson Naves. Antônio Carlos Ferreira deverá ocupar vaga que foi de Antônio de Pádua Ribeiro. E Sebastião Alves dos Reis Júnior é indicado a suprir a vaga de Humberto Gomes de Barros.

Confira as orientações da Polícia Federal

Qual é a idade mínima para o cidadão possuir arma de fogo?

A lei estabelece 25 anos.

O que é o certificado de registro de arma de fogo?

É o documento que dá direito ao proprietário de manter a arma exclusivamente no interior de sua residência ou no seu local de trabalho, desde que ele seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa (Lei 10.826/03, art. 5º e Decreto 5.123/04, art. 16). O proprietário deverá escolher, quando da solicitação do registro, o endereço em que a arma de fogo permanecerá guardada, já que não poderá portá-la. Deve-se lembrar que a falta de cuidado com a guarda da arma de fogo, permitindo seu apoderamento por menor de idade ou pessoa portadora de deficiência mental, pode configurar o crime de "omissão de cautela" (art. 13 da Lei 10.826/03).

O que é o porte federal de arma de fogo?

O porte de arma de fogo é o documento que autoriza o cidadão a portar, transportar e trazer consigo uma arma de fogo fora das dependências de sua residência ou local de trabalho. O porte de arma de fogo poderá ser concedido pela Polícia Federal ao cidadão que demonstrar sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física; atender às exigências previstas no art. 4º da Lei 10.826/03; e apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente. Esta autorização poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada. Vale dizer que o porte de arma de fogo sem autorização configura o crime de porte ilegal, sujeito a pena de reclusão de 2 a 6 anos e multa (art. 14 e 16, Lei 10.826/03).

O que é a campanha de regularização de armas de fogo?

Até 31 de dezembro de 2009, foi possível regularizar arma de fogo sem registro ou com registro estadual (através do "recadastramento"), por meio de certificado expedido pela Polícia Federal. Depois disso, arma sem

registro ou não recadastrada tem que ser entregue na Campanha do Desarmamento, mediante indenização de R\$ 100 a R\$ 300, dependendo do tipo de arma. Basta verificar no site da PF as instituições públicas credenciadas. Vale lembrar que possuir, mesmo que em sua residência, arma de fogo sem o registro federal é crime, passível de pena de detenção de 1 a 3 anos e multa (art. 12 da Lei 10.826/03).

Qual o prazo de validade do certificado?

O certificado de registro vale por três anos. Assim, quem já possui o registro federal, mas está com o prazo de validade expirando ou vencido, deverá regularizar sua situação junto à Polícia Federal.

Existe previsão de taxa, apresentação de certidões ou algum exame para a renovação do registro de sua arma de fogo?

Após 1º de janeiro de 2010, a renovação de registro de arma de fogo depende dos seguintes requisitos: a) comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pelas Justiças Federal, Estadual, Militar e Eleitoral, e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; b) apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa; c) comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo; d) pagamento de taxa de R\$ 60.

Arma de fogo proveniente de herança é passível de regularização?

Caso não seja registrada, ela deverá ser entregue na Campanha do Desarmamento. Caso a arma já possua registro emitido pela Polícia Federal, aplica-se o disposto no art. 67 do Decreto 5.123/04: "No caso de falecimento ou interdição do proprietário de arma de fogo, o administrador da herança ou curador, conforme o caso, deverá providenciar a transferência da propriedade da arma mediante alvará judicial ou autorização firmada por todos os herdeiros, desde que maiores e capazes, aplicando-se ao herdeiro ou interessado na aquisição as disposições do art. 12 (do Decreto 5.123/04)".

É necessário levar a arma de fogo para renovar seu registro?

O cidadão não deve levar a arma para a unidade policial para renovar seu registro.

Consultar a íntegra no site da Polícia Federal

Comparativo

Armas entregues nas duas campanhas de desarmamento

	2005	2009
AC	1.348	73
AL	12.781	77
AM	541	36
AP	2.825	230
BA	16.766	35
CE	24.543	156
DF	8.374	13.945
ES	5.275	346
GO	5.654	348
MA	3.200	27
MG	27.000	990
MS	4.844	932
MT	7.306	106
PA	6.125	139
PB	12.880	495
PE	23.651	562
PI	3.242	210
PR	36.233	1.064
RJ	44.065	1.046
RN	4.259	251
RO	1.861	12
RR	510	2
RS	33.432	1.094
SC	16.159	878
SE	16.560	124
SP	138.787	7.460
TO	1.634	83
total	459.855	30.721

Fonte: Ministério da Justiça

Saiba mais

Estatuto do Desarmamento

<http://migre.me/4l5iS>

Ministério da Justiça

<http://migre.me/4l5jY>

Polícia Federal

www.dpf.gov.br/

Viva Rio – Controle de Armas

<http://migre.me/4l5MF>

Instituto Sou da Paz

www.soudapaz.org/

Cartilha da campanha para cumprimento do estatuto

<http://migre.me/4l5Qp>

Cartilha Escolas Seguras – Ministério da Justiça / Instituto Sou da Paz

<http://migre.me/4l5OE>

Iniciativas do Senado reforçam a campanha do desarmamento



Sarney: plebiscito sobre proibição do comércio de armas de fogo no país

Projeto de Sarney convoca plebiscito sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição. CDH promove audiências sobre violência nas escolas. Renan deve propor que ONGs contrárias ao plebiscito se mobilizem para projeto de iniciativa popular que proíba a venda de armas

A NOVA CAMPANHA nacional pelo desarmamento, prevista para começar dia 6 de maio, deve contar com a ajuda do Senado para obter maior visibilidade. Com orçamento apertado – o Ministério da Justiça dispõe, por enquanto, de apenas R\$ 10 milhões para indenizar a entrega de armas de fogo pela população –, o governo está articulando uma ampla rede, com engajamento inclusive das igrejas e da maçonaria para evitar o fraco desempenho da última

campanha (veja quadro). No Senado, além do projeto de decreto legislativo (PDS 109/11) apresentado pelo presidente José Sarney, que convoca plebiscito para consultar os eleitores sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil, e que começou a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), outras iniciativas garantem a discussão sobre o tema. A Comissão de Direitos Humanos (CDH), por iniciativa

de seu presidente, senador Paulo Paim (PT-RS), iniciou ciclo de debates sobre violência, com uma audiência pública por mês – a primeira, realizada no dia 18, tratou da violência nas escolas. Já o autor da proposta do referendo de 2005, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), deve sugerir às organizações que compõem a Rede Desarma Brasil, contrárias ao plebiscito, que se mobilizem para um projeto de iniciativa popular que proíba a venda de armas

e munições no país. O Brasil continua sendo considerado o país onde há mais mortes por armas de fogo. O grande problema, segundo diagnóstico das organizações da sociedade civil, está no extraviado, no roubo e na fiscalização ineficiente de armas e munições produzidas no país (veja matéria abaixo). A tragédia ocorrida dia 7 de abril na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, quando um ex-aluno matou 12 estudantes, reacen-

deu esse debate. O atirador portava duas armas, uma calibre 32 – roubada em 1994, segundo a polícia, e vendida por dois homens, um deles chaveiro profissional –, e a outra calibre 38, com a numeração raspada para impedir a identificação da origem. Para evitar tragédias como essa, uma das alternativas, na avaliação da Rede Desarma Brasil, é reduzir o elevado estoque de armas em circulação no país, estimado em 16 milhões.



Renan quer apoio de ONGs a projeto de iniciativa popular proibindo a venda

ONGs: armas nacionais são o problema

Considerado moderno e avançado, o Estatuto do Desarmamento está servindo de modelo para oito países definirem sua legislação sobre controle de armas de fogo, segundo informações da organização Viva Rio. Mesmo assim, passados sete anos de sua promulgação, em dezembro de 2003, a Lei 10.826 ainda está longe de alcançar os resultados desejados, na avaliação do governo e da sociedade civil.

O Brasil continua a ser o país com mais vítimas fatais por armas de fogo: cerca de 13% das mortes por violência armada no mundo, apesar de deter apenas 2,8% da população do planeta, conforme o Instituto Sou da Paz. Com base em dados do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008, documento elaborado pela ONG paulista no final do ano passado mostra que mais de meio milhão de brasileiros perderam a vida por homicídios entre 1996 e 2006. Tanto as vítimas quanto os homicidas estão na faixa etária entre 15 e 24 anos, e vivem nas favelas ou periferias dos grandes centros urbanos.

Mais de 70% dos homicídios ocorrem por armas de fogo, o que aponta a importância do controle de armas e a proibição do seu porte por civis, segundo o documento. Embora o tráfico nas fronteiras deva ser fiscalizado, o maior problema está no desvio das armas produzidas e vendidas internamente. "Cerca de 7% das armas ilegais são estrangeiras. As outras 93% são brasileiríssimas", enfatiza Antonio Rangel, um dos coordenadores da Viva Rio. Relatório da CPI do Tráfico de Armas da Câmara, de 2006, mostrou que 74% das armas apreendidas com criminosos haviam sido vendidas legalmente. Isso evidencia, para o Sou da Paz, que "diminuir o número e controlar firmemente armas legais em circulação tem impacto na redução do estoque de armas ilegais".

Falta fiscalização sobre empresas de vigilância e colecionadores

Não há levantamento preciso sobre o total de armas de fogo em circulação no Brasil. A estimativa geralmente divulgada pelo Viva Rio e Sou da Paz soma 16 milhões de armas de fogo, das quais somente a metade está registrada. Ou seja, é de fato conhecida (veja quadro à esquerda).

Mesmo com as restrições estabelecidas no Estatuto do Desarmamento, há armas demais no país e fiscalização de menos, segundo Antonio Rangel, da Viva Rio. "Um empresário do setor me disse, certa vez, que as armas saem da fábrica e se extraviam no caminho igual a tomate", conta Rangel, em

entrevista ao Jornal do Senado, para mostrar as facilidades com que civis podem obter armas produzidas no país.

A alternativa é intensificar a fiscalização, principalmente dos grupos autorizados a portar ou possuir armas de fogo, como as empresas de segurança privada e os chamados "CAC" (coleccionadores, atiradores e caçadores). De acordo com Rangel, a Polícia Federal reclama da falta de contingente para fiscalizar as empresas de segurança e o Exército falha na fiscalização das lojas de armamentos. "Cerca de 25% das armas desviadas no Rio de Janeiro vêm de empresas de segurança e 60% vêm de lojas", denuncia.

Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) mostram que cerca de 350 mil vigilantes têm direito de portar armas em sua atividade profissional. Segundo o Instituto Sou da Paz, não há cruzamento eficiente entre as informações sobre os funcionários aptos ao porte de armas, enviadas a cada seis meses à Delegacia de Segurança Privada da PF, e as armas registradas no Sinarm.



Antonio Rangel, do Viva Rio, aponta facilidades de civis para obter armas



Manifestantes realizam ato público na rampa do Congresso Nacional, em 2005, para pedir o desarmamento

Maior número de locais de coleta e indenização imediata

A entrega de armas não será apenas nas dependências da Polícia Federal e de instituições públicas credenciadas (como polícias civil e militar ou guarda municipal), como nas duas campanhas passadas. O cidadão poderá se dirigir a unidades do corpo de bombeiros e das Forças Armadas, igrejas, organizações da sociedade civil credenciadas – como o Viva Rio – e unidades da maçonaria. Esses estabelecimentos serão

visitados pelo Ministério da Justiça e pela PF para verificar se possuem espaços com condições para receber as armas. O cidadão não precisará apresentar CPF ou outro documento de identificação quando estiver entregando a arma. No entanto, o governo ainda não definiu se vai permanecer a exigência da guia de trânsito, que somente autoriza o transporte da arma sem munição até o local de entrega, evitando o risco de prisão por porte ilegal. O documento que pode ser obtido no site da

PF exige CPF e outros dados cadastrais do portador, contrariando, portanto, o caráter de anistia da nova campanha, prevista para 6 de maio. A arma vai ser inutilizada na frente do cidadão, apesar da Lei 10.826/03 especificar apenas a entrega de armas de fogo, quem quiser também pode entregar munição. Não vai haver burocracia para o cidadão receber a indenização, que varia de R\$ 100 a R\$ 300, dependendo do tipo de arma; o protocolo para recebimento pelo Banco do

Brasil será entregue na hora e o saque pode ser imediato (atualmente, o depósito na conta bancária pode demorar até 30 dias). Em igrejas e outros estabelecimentos credenciados deverá haver uma autoridade pública: PF, outras polícias ou bombeiros. Apesar de ainda estar sendo definida, a divulgação será ampla, tentando engajar todos os veículos de comunicação e agências de publicidade, como ocorreu na primeira campanha.



Mais de 50% dos recursos do Pronasci ficam com cinco estados

Unidades da Federação mais beneficiadas foram Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás e Bahia, informa diretora do TCU em audiência pública na CDH

CINCO ESTADOS CONCENTRAM 54% dos recursos repassados às unidades da Federação, entre 2008 e março de 2010, pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça. Só o Rio de Janeiro recebeu R\$ 140,2 milhões, o que corresponde a 14% de mais de R\$ 1 bilhão transferidos a estados e municípios. A informação foi da diretora técnica da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Márcia Lima de Aquino, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que discutiu avaliações do tribunal sobre a Defensoria Pública, o programa de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas e o Pronasci.

Depois do Rio de Janeiro, aparecem entre os estados que mais receberam recursos do Pronasci o Rio Grande do Sul (R\$ 128,9 milhões – 13%), São Paulo (R\$ 114,2 milhões – 11%), Goiás (R\$ 79 milhões – 8%) e Bahia (R\$ 76,5 milhões – 8%).

Segundo Márcia de Aquino, a maior parte do total das despesas do programa foi utilizada no pagamento da Bolsa Formação (R\$ 981 milhões); na aquisição de equipamentos como helicópteros e armas (R\$ 304 milhões); e na construção de penitenciárias especiais (R\$ 216,5 milhões). Ela afirmou que o relatório preliminar do TCU aponta fragilidades na execução do Pronasci, como a falta de dados sobre as ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (Sigplan).



Com Paulo Paim (C), Márcia de Aquino e Carlos Alberto de Freitas falam sobre programas de fiscalização do TCU

TCU: é preciso interiorizar a Defensoria Pública

A Defensoria Pública, que tem como função atender gratuitamente a população mais pobre, precisa se "interiorizar", já que atualmente sua atuação está concentrada nas capitais. A avaliação é do diretor da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Gomes, que defendeu a nomeação de mais servidores para suprir a demanda.



Paulo Gomes aponta déficit de defensores no país

O diretor do TCU participou, ontem, de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) para discutir avaliações do TCU sobre a Defensoria Pública; o programa de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas; e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). A reunião foi conduzida pelo presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

Paulo Gomes assinalou que a Defensoria Pública atende "os cidadãos que muitas vezes estão alijados do acesso à Justiça por causa de seu baixo poder aquisitivo". Hoje, a principal demanda do órgão refere-se a ações trabalhistas, apontou.

Segundo o diretor, havia apenas 73 defensores públicos federais em 2004, número que

de adolescentes que tenham cometido crimes, informou o diretor. Já o secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do TCU, Carlos Alberto Sampaio de Freitas, apresentou uma avaliação, feita há alguns anos, do programa federal de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas. Ele comentou que a atividade precisa ser mais conhecida, inclusive pelos servidores da Justiça, e observou que "as pessoas de baixa renda, que são as que mais precisam dos programas de proteção, em geral não sabem da sua existência".

Necessidades

Além do próprio defensor público, a Defensoria necessita de assistentes sociais, psicólogos, peritos contábeis e pessoal de apoio administrativo.

– A própria Defensoria Pública reconhece e demanda isso – disse.

Com equipes completas de profissionais, a Defensoria Pública seria capaz de, por exemplo, orientar a população a ingressar em programas governamentais, como os que promovem a reinserção social e a qualificação profissional

Para aperfeiçoar o programa, ele defendeu a aprovação do PLC 86/07, projeto do governo que está no Senado, pronto para inclusão na ordem do dia. O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), recomenda a aprovação, destacando que o projeto visa dar mais rapidez aos processos criminais e aos inquéritos policiais "que contenham programas de proteção aos colaboradores da Justiça, possibilitando a efetiva punição dos culpados e o desbaratamento do crime organizado".

Transferências 2008 a 2010

Os três estados que mais receberam dinheiro do programa federal ficam nas regiões Sul e Sudeste (em R\$)

	a estados e DF		a municípios		TOTAL	
RJ	71.175.661	10%	69.030.150	25%	140.205.811	14%
RS	67.008.691	9%	61.990.429	23%	128.999.120	13%
SP	54.583.030	7%	59.631.830	22%	114.214.860	11%
GO	72.583.798	10%	6.480.721	2%	79.064.518	8%
BA	71.329.648	10%	5.203.209	2%	76.532.857	8%
DF	49.051.257	7%	—	0%	49.051.257	5%
PR	30.548.480	4%	13.711.740	5%	44.260.220	4%
PE	35.630.184	5%	8.154.071	3%	43.784.255	4%
AL	36.976.613	5%	4.158.888	2%	41.135.501	4%
MG	27.267.613	4%	11.359.676	4%	38.627.289	4%
CE	28.808.907	4%	8.406.473	3%	37.215.380	4%
ES	18.262.234	3%	17.024.736	6%	35.286.970	4%
AC	28.879.908	4%	1.324.962	0%	30.204.871	3%
PA	22.750.132	3%	1.720.974	1%	24.471.106	2%
MA	19.944.698	3%	—	0%	19.944.698	2%
PI	19.580.883	3%	—	0%	19.580.883	2%
RO	16.805.974	2%	1.791.000	1%	18.596.974	2%
TO	17.072.102	2%	—	0%	17.072.102	2%
MT	14.950.000	2%	891.957	0%	15.841.957	2%
SE	15.457.192	2%	—	0%	15.457.192	2%
RN	9.459.067	1%	—	0%	9.459.067	1%
MS	328.408	0%	2.633.897	1%	2.962.305	0%
SC	629.939	0%	—	0%	629.939	0%
AP	596.000	0%	—	0%	596.000	0%
AM	302.370	0%	—	0%	302.370	0%
RR	269.116	0%	6.000	0%	275.116	0%
PB	150.000	0%	—	0%	150.000	0%
Total	730.401.905	100%	273.520.713	100%	1.003.922.618	100%

Fonte: Tribunal de Contas da União

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cícero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Vanessa Grazziotin • Ana Amélia • Wilson Santiago

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920

“Educação deve repetir epopeia de Brasília”



Cristovam

Em homenagem aos 51 anos de Brasília, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Brasil precisa repetir na educação a “epopeia” da década de 60, quando em apenas quatro anos se levou a capital para o interior. Para ele, um país que conseguiu construir e consolidar Brasília pode oferecer educação de qualidade aos seus 50 milhões de crianças.

– Nós, que fizemos uma capital aqui onde não havia nada, não somos capazes de fazer com que a escola de qualquer cidade deste país seja de igual qualidade, com uma carreira nacional do magistério, com um programa federal de qualidade escolar em horário integral? A nossa Brasília de hoje é a educação – afirmou.

Suplicy manifesta preocupação com conflitos



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) demonstrou preocupação com a situação de conflito armado em vários países do mundo, em especial nas nações árabes. O senador citou nota divulgada pelo Itamaraty em que o governo brasileiro expressa preocupação com “a escalada de violência na Síria”.

Suplicy também lembrou a mensagem de Páscoa em que o papa Bento 16 pediu mais diplomacia para superar conflitos como o da Líbia. O papa defendeu mais solidariedade entre os povos e maior acesso à ajuda humanitária para os que sofrem as consequências das guerras.

Alvaro Dias cobra mais engajamento contra a inflação



Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a demonstrar preocupação com a inflação, ao lembrar o aumento das expectativas do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 6,29% para 6,34%, de acordo com o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central.

Para o senador, há dúvidas sobre o engajamento do governo para cortar gastos e assumir o combate acirrado à inflação. Ele citou o aumento nos gastos com pessoal e custeio no primeiro trimestre e a diminuição dos investimentos. Alvaro Dias afirmou que o descuido no combate à inflação coloca em risco a estabilidade econômica conquistada pelo povo brasileiro.

A pedido de Simon, Ana Amélia e Paim, Senado enviará voto de pesar às famílias das vítimas das chuvas e desmoronamentos em Igrejinha, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul

Bancada gaúcha lamenta mortes causadas por chuvas

A PEDIDO DOS senadores Paulo Paim (PT-RS), Ana Amélia (PP-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), o Senado Federal enviará voto de pesar às famílias das vítimas das chuvas e desmoronamentos ocorridos nas cidades gaúchas de Igrejinha, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul, no último fim de semana.

A manifestação da bancada do Rio Grande do Sul foi feita durante a sessão especial em homenagem aos aposentados e pensionistas. Os parlamentares e convidados fizeram um minuto de silêncio em memória das vítimas.

Segundo Paulo Paim, as fortes

chuvas que caíram no estado já causaram a morte de 12 pessoas e afetaram mais de 350 famílias. Ele elogiou a mobilização dos moradores das localidades atingidas no reforço à ação de policiais e bombeiros que trabalhavam no socorro às vítimas. Ana Amélia, por sua vez, pediu o esforço do poder público no apoio à reconstrução de casas e demais estruturas destruídas.

Em discurso à tarde, a senadora lamentou a morte de sete pessoas da mesma família, no município de Igrejinha, na noite da última sexta-feira.

– O município decretou luto oficial de três dias. Minha assessoria

entrou em contato com o prefeito de Igrejinha, Jackson Fernando Schmidt, do PMDB, para prestar solidariedade e colocou o gabinete à disposição para auxiliar o município no que estiver ao nosso alcance. Acabo de apresentar à Mesa, voto de pesar à comunidade. Eu o fiz em meu nome, no nome do Paulo Paim e do senador Pedro Simon – relatou a senadora.

Ana Amélia disse também que outras cinco mortes ocorreram no Rio Grande do Sul: três no município de Novo Hamburgo; uma em Sapucaia do Sul e uma em Nova Westfália.

Blairo sugere mutirão para reorganizar leis



Blairo Maggi

O senador Blairo Maggi (PR-MT) sugeriu um “mutirão legislativo” para confrontar e suprimir os excessos da legislação no país e apagar a impressão de que o Legislativo fica “batendo cabeça” na elaboração de normas. Essa organização reduziria os custos da criação de leis, já que, atualmente, muitas delas são propostas, editadas e depois revogadas por contradizerem normas já existentes, argumentou.

– É um desafio enorme para qualquer brasileiro acompanhar as centenas de leis de todos os tipos que são aprovadas e sancionadas – disse o senador, que propôs ainda a criação de um “observatório das leis”.

Código Florestal: Gleisi quer “isolar fundamentalistas”



Gleisi Hoffmann

Gleisi Hoffmann (PT-PR) pediu ontem que a proposta de alteração do Código Florestal seja votada na Câmara em maio e no Senado até julho. Ela disse concordar com a ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, sobre a necessidade de “isolar os fundamentalistas” de ambos os lados, de modo a alcançar um código “buscado no equilíbrio e na mediação”, capaz de garantir ao mesmo tempo o cuidado com o planeta e a produção de alimentos no país.

Gleisi defende um número relativo à reserva legal que contemple as diferenças de cada estado, para não causar prejuízos nem aos agricultores – como os que produzem uva nas várzeas do Rio Grande do Sul e café em Minas Gerais – nem à Amazônia, onde poderá haver desmatamento, se mantidos os limites atuais.

Dornelles afirma que Brasil precisa de Belo Monte



Francisco Dornelles

Francisco Dornelles (PP-RJ) ressaltou a importância da construção da usina de Belo Monte. Segundo ele, os mais de 11 mil megawatts de potência instalada, com 4.500 megawatts médios de energia assegurada, serão adicionados à capacidade energética nacional para sustentar taxas de crescimento econômico, geração de emprego e renda compatíveis com as aspirações do governo e da sociedade.

– Belo Monte produzirá energia para 26 milhões de brasileiros, com perfil de consumo similar à Região Metropolitana de São Paulo. O Brasil precisa da energia de Belo Monte – avaliou. O preço a ser pago, de R\$ 77,95 por megawatt, é baixo comparado ao de uma central elétrica de pequeno porte, de um gerador eólico ou de uma usina de biomassa, disse.

Aníbal Diniz pede diálogo sobre frigoríficos do Acre



Aníbal Diniz

Aníbal Diniz (PT-AC) se disse preocupado com ação civil pública conjunta contra frigoríficos do Acre em que é recomendada multa de R\$ 500 por quilo de carne produzida em cerca de 1,3 mil áreas desmatadas ilegalmente e adquiridas por essas empresas. O senador reclamou que os critérios levam em conta a área total, e não só a área embargada.

– A sociedade do Acre tem maturidade suficiente para resolver seus problemas com diálogo, com termos de ajustamento de conduta e até com punição, se for o caso, mas não punições que inviabilizem completamente a economia acriana.

Paim vê 40 horas semanais na pauta do 1º de maio

Paulo Paim (PT-RS) informou que o fim do fator previdenciário, a jornada de trabalho de 40 horas semanais e a luta por uma política de valorização dos benefícios dos aposentados serão as principais bandeiras das comemorações do 1º de maio, Dia Mundial do Trabalho.

Ele também destacou que o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, se comprometeu a receber em audiência, ainda nesta semana, a direção da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), para discutir a valorização dos benefícios e a busca por uma alternativa ao fator previdenciário.

Para Vital, atraso em obras da Copa custará caro

Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse ontem que o atraso nas obras para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro custará muito caro ao Brasil. Ele assinalou que já se notam “certas disparidades” entre o planejamento anunciado e o andamento das obras, especialmente quando se compara com o que foi feito por Londres para as Olimpíadas de 2012.

Segundo o senador, o Brasil já está “em atraso”. Para Vital do Rêgo, o Senado também deve trabalhar para evitar o fracasso do país na organização dos dois eventos

Rolleberg propõe facilitar lei de iniciativa popular

Com o objetivo de facilitar a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular, o senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) sugeriu equiparar o número de assinaturas exigidas para o encaminhamento desse tipo de proposta à Câmara dos Deputados – que pela Constituição, hoje, é o equivalente a 1% do total do eleitorado brasileiro – ao necessário para criação de um partido político: 0,5% dos eleitores, pela Lei 9.096/95.

A mesma proposição (PEC 3/11) visa permitir que cidadãos possam propor emendas à Constituição e determina regime de urgência para a tramitação de projetos de iniciativa popular.

Justiça Federal deve ser reorganizada, diz Vanessa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem mudança na organização da Justiça Federal, com a criação de mais tribunais regionais federais e com a divisão do TRF da 1ª região, atualmente responsável por 13 estados e pelo Distrito Federal. Na opinião da senadora, é impossível imaginar a continuidade da prestação da Justiça Federal com a existência de apenas cinco TRFs no país.

Para a parlamentar, a atual organização contribui para deixar o Judiciário moroso e caro, com milhões de processos engavetados e prejuízos para a sociedade e o poder público.

Jorge Viana critica ação como “infeliz e precipitada”



Jorge Viana

Jorge Viana (PT-AC) criticou o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Acre e o Ministério Público do Trabalho por entrarem com ação civil pública contra frigoríficos e proprietários rurais do estado. Impetrada na semana passada, a ação visa proibir o comércio de carne bovina produzida em fazendas embargadas em razão de desmatamento ilegal e de exploração de trabalho escravo.

Jorge Viana considerou a ação “infeliz e precipitada”, sobretudo num momento em que o Congresso está prestes a votar o projeto de um novo Código Florestal, que pode legalizar a situação de propriedades rurais consideradas hoje irregulares.

Senadores criticam valor de aposentadoria do INSS

Críticas aos baixos proventos recebidos pelos inativos e apoio à sua luta foram a tônica dos pronunciamentos da sessão especial realizada ontem pelo Senado em comemoração do Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, celebrado em 24 de janeiro.

A sessão foi solicitada por Paulo Paim, com o propósito de homenagear os mais de 28 milhões de aposentados e pensionistas que recebem proventos do INSS. Também houve críticas ao fator previdenciário, que reduz o valor da aposentadoria



O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, discursou no Plenário, lotado de aposentados e pensionistas

Ministro Garibaldi se reúne amanhã com segurados

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, vai receber representantes de aposentados e pensionistas amanhã. O convite foi feito na sessão do Senado.

Garibaldi, que é senador licenciado, garantiu não ter esquecido os temas que defendeu na Casa em favor dos aposentados e pensionistas e afirmou que o diálogo é o melhor meio para resolver as dificuldades enfrentadas por essa parcela da população.

– Que todos me lembrem o que eu disse aqui, para que eu possa honrar meu compromisso como senador e, agora, como ministro da Previdência Social.

Sarney destaca contribuição para a construção do país

“Aposentados e pensionistas representam um importante segmento social do Brasil, tendo contribuído para a construção deste país.” Assim o presidente do Senado, José Sarney, saudou os aposentados, em mensagem lida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a sessão.

Para Sarney, o Legislativo deve aperfeiçoar as leis de proteção ao trabalhador, em especial na fase em que sua capacidade de trabalho começa a declinar. Ele lembrou que o Senado já votou o fim do fator previdenciário e projeto que assegura a aposentadorias e pensões o mesmo reajuste do salário mínimo, proposições que tramitam na Câmara.

Paim relaciona Dez Mandamentos à situação no Brasil

O período pascoal foi lembrado por Paulo Paim (PT-RS) ontem, no último pronunciamento da sessão especial, encerrada com o hino da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). O senador leu os Dez Mandamentos da Bíblia, relacionando-os à situação dos aposentados no Brasil.

– Amar a Deus e ao próximo. Se respeitarmos esse primeiro mandamento, não vai mais ter pessoas se aposentando com 30 mil reais sem fator previdenciário, e outras com salário mínimo, sem direito sequer a reajuste real – disse, analisando em seguida outros mandamentos.

Ana Amélia: novas regras não são para ajudar contribuinte

“As sucessivas mudanças de regras nos cálculos do tempo para aposentadoria e de valores dos benefícios previdenciários nunca são para beneficiar contribuintes e pensionistas, que vivem sob condições de permanente insegurança jurídica”, disse Ana Amélia (PP-RS).

Segundo a senadora, o valor médio dos benefícios pagos pela Previdência é hoje de apenas R\$ 731,14 mensais. “A situação ainda é pior para aposentados rurais, que recebem o valor médio de R\$ 490,05”, acrescentou.

Ana Amélia defendeu o fim do fator previdenciário e outras medidas para restaurar a renda de aposentados, e cobrou uma auditoria nas contas da Previdência Social e ações para recuperar recursos desviados do órgão.

– É um dever do Estado, faz parte do trabalho desta Casa fiscalizar a utilização dos recursos previdenciários e elaborar políticas públicas que promovam a sustentabilidade de suas contas e o bem-estar dos seus beneficiários – argumentou.



Senadora quer auditoria na Previdência e ações para garantir sustentabilidade

Para Vital do Rêgo, é necessário recompor perdas

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) destacou a necessidade de melhorar as condições de vida dos aposentados, bem como a importância de garantir para os atuais trabalhadores um futuro seguro, com uma aposentadoria digna.

Atualmente, mais de 28 milhões de aposentados e pensionistas estão no Regime Geral da Previdência Social, a maioria ganhando um salário mínimo por mês (R\$ 545).

– Trata-se efetivamente de um valor muito baixo, principalmente se considerarmos o natural aumento das despesas dos indivíduos em razão do aumento de suas idades – afirmou.

Mesmo admitindo que a solução para esse baixo salário não é fácil, o senador garantiu que a bancada do PMDB tem defendido a recuperação das perdas das aposentadorias e pensões, tendo como referência a quantidade de salários mínimos concedidos à época da concessão dos benefícios.



Vital do Rêgo garante que a bancada do PMDB está empenhada na causa

Melhorias exigem novas leis, diz Wilson Santiago

Assegurar qualidade de vida aos aposentados e pensionistas exige aprimoramento da legislação, afirmou o senador Wilson Santiago (PMDB-PB). Ele referiu-se, por exemplo, à necessidade de se buscar meios para amenizar o sofrimento dos idosos que não têm condições de arcar com o custo de seus medicamentos.

Os brasileiros economicamente ativos estão preocupados com a chegada da velhice. De acordo com pesquisa realizada em 2008 pelo Banco HSBC, 79% dessas pessoas temem depender dos outros na velhice; 76% têm medo do surgimento de alguma doença; e 69% se preocupam com a possibilidade de não dispor de dinheiro quando idosos.

Apesar de terem contribuído com o crescimento do país, segundo o senador, muitos aposentados precisam retornar ao mercado de trabalho para sobreviver, bem como para ajudar na sobrevivência de seus familiares.



Santiago: pesquisa mostra preocupação da população ativa com a idade

Vanessa defende aperfeiçoamento do sistema

É preciso trabalhar para aperfeiçoar o sistema previdenciário, para garantir ganhos mais significativos nas aposentadorias concedidas, defendeu Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A parlamentar lamentou que os aposentados precisem continuar trabalhando para complementar sua renda e, assim, pagar medicamentos e assistência médica. Vanessa acredita que o país já está no caminho para mudar esta realidade, já que o governo Dilma Rousseff, a exemplo do ex-presidente Lula, elegeu o trabalhador como prioridade.

– A gente tem conseguido muitas conquistas, mas é preciso avançar mais. Meu partido está unido para ajudar a continuar olhando para o Brasil e para os trabalhadores – afirmou.

Já o deputado distrital Olair Francisco (PTdoB-DF) defendeu uma lei que obrigue as empresas a destinar 10% de suas vagas a pessoas com mais de 40 anos. Segundo ele, os trabalhadores nessa faixa etária têm dificuldade de se inserir no mercado.



Vanessa Grazziotin diz que governo acertou ao priorizar trabalhador

O secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, afirmou ontem que o órgão previdenciário do país não está “quebrado” ou “falido”. Ele desqualificou a noção que atribui ao Regime Geral de Previdência Social um déficit que disse não existir.

– Estamos nos esforçando muito para trazer luz a esse debate e para dar transparência às contas da Previdência – disse ele, salientando que isso acontece desde o governo passado.

Gabas afirmou que o sistema geral de Previdência possui dois regimes, um urbano e outro rural. Em seguida, observou que o regime urbano apresentou um superávit de R\$ 14,9 bilhões ao fim de 2010.

O representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho, pediu, durante a homenagem, que a extinção do fator previdenciário volte a ser discutida pelo Congresso Nacional. Ele observou que, embora os aposentados estejam em uma fase da vida em que necessitam de maiores cuidados, têm, no entanto, seus rendimentos reduzidos por causa desse mecanismo previdenciário. Na avaliação do sindicalista, o trabalho e a segurança na área de saúde no Brasil são precários e “castigam o trabalhador”.

– É um clamor que fazemos em nome do respeito à vida, aos velhos, aos aposentados. Não é possível retirar os direitos e os míseros reais que recebem por mês os aposentados – disse.

O presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Calixto Ramos, disse que o fim do fator previdenciário é uma batalha permanente. Ele também defendeu reajustes para os aposentados que ganham mais de um salário mínimo.

– Nós vamos ter uma batalha permanente para tentar derrubar o veto [do ex-presidente Lula ao fator previdenciário], para tentar conseguir o reajuste para os que ganham mais do que o salário mínimo e, quem sabe, começar a pensar um pouco também na reposição das perdas – disse.

O presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves, também cobrou uma política de valorização de aposentadorias e pensões.